



ARTIGOS - ARTICLES

**“Um decisionismo saudável”:
a resposta de Otto Hintze para a crise do historicismo**

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha¹
Professor do Instituto Federal do Espírito Santo
Campus Itapina
marcelo.cunha@ifes.edu.br

Como citar este artigo: CUNHA, M. D. R. “Um decisionismo saudável: a resposta de Otto Hintze para a crise do historicismo”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 109-138. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo tem o objetivo de trazer à tona as contribuições teóricas oferecidas pelo historiador Otto Hintze ao conturbado contexto intelectual vivido pela ciência histórica alemã nas décadas finais do Oitocentos e na primeira metade do século XX. Para tanto, parto do pressuposto de que as posições de Hintze se constituíram em grande medida como uma tentativa de resposta à crise do historicismo, aqui entendida como o colapso da crença sustentada por parte da burguesia letrada alemã no sentido "singular coletivo" adquirido pelo conceito de história na modernidade. À luz dessa definição preambular busco compreender a ética individual de Hintze – por ele definida com um tipo "saudável" de decisionismo – como uma posição derivada do que defendo terem sido as duas principais contribuições desse historiador para o debate em tela: a dessacralização da política e do Estado moderno e a sua reconceitualização científica do historicismo.

Palavras-chave: Otto Hintze; historicismo; crise do historicismo

¹ Marcelo Durão Rodrigues da Cunha é professor do Instituto Federal do Espírito Santo e doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de História intelectual, com ênfase em Teoria, Filosofia da História, História da Historiografia e História Global. É membro do Laboratório de Estudos em Teoria da História e Historiografia (LETHIS-UFES) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

"A healthy decisionism": Otto Hintze's answer to the crisis of historicism

Abstract: This article aims shedding light on the theoretical contributions of the historian Otto Hintze to the critical intellectual context experienced by German historical science in the late nineteenth and in the first half of the twentieth century. In order to do that, I proceed from the assumption that Hintze's positions were largely constituted as an attempt of bringing an answer to the crisis of historicism, which I understand as a collapse of trust - previously sustained by the German literate bourgeoisie - in the "collective singular" sense acquired by the concept of history in modern times. From that previous definition on, I try to understand his individual ethics - defined by Hintze as a "healthy" type of decisionism - as a position derived from what I claim to have been his two main theoretical contributions developed in order to overcome that crisis: the desacralization of the politics of the modern state and his scientific reconceptualization of historicism.

Keywords: Otto Hintze; historicism; crisis of historicism.

Introdução

Por muito tempo, no Brasil e no exterior, historiadores intelectuais interessados na história da historiografia associaram a ciência histórica produzida nos países de língua alemã no século XIX e em partes do século XX à imagem de Leopold von Ranke e a um tipo teoricamente irrefletido de saber histórico preocupado sobremaneira com a política, com a diplomacia e com a história dos Estados europeus.

Embora não seja um equívoco afirmar os claros vínculos dessa tradição de pensamento histórico com essa "história vista de cima" – dos grandes homens, dos heróis nacionais e da proeminência das "grandes potências" europeias –, a pecha de uma suposta ingenuidade teórica acabou por criar uma espécie de lugar comum no trato com a historiografia alemã que, de Ranke a Friedrich Meinecke, é ainda, em muitos casos, representada como o ponto alto de um tipo simplório e politicamente incauto de historicismo.

Sendo em grande parte uma construção da Ciência Social Histórica surgida na Alemanha nos anos 1960 e 1970², essa visão pejorativa a respeito da

² Como apontado por Georg Iggers, principalmente dos anos 1960 em diante, o termo historicismo passou a ser visto por uma nova geração de historiadores como parte de uma ideologia que teria contribuído para as principais catástrofes da Alemanha no século XX, quando nomes como Hans-Ulrich Wehler, Wolfgang Mommsen, Jürgen Kocka e o próprio

ciência histórica alemã anterior à Segunda Guerra Mundial passou a ser contestada nas últimas décadas por uma série de estudos preocupados com os aspectos teóricos e com uma forma mais plural de se enxergar o historicismo desde Ranke até os seus herdeiros intelectuais da primeira metade do século XX.

Foi na esteira dessas incursões que a historiografia passou a produzir trabalhos um tanto reveladores do nível de complexidade não apenas do legado rankeano, mas de nomes e de tendências no historicismo que, pelo caráter atual e complexo de suas proposições, passaram a ser revisitados pela história intelectual ao menos desde o final do século passado³.

Exemplar nesse sentido é o lugar que figuras como Otto Hintze (1861-1940) passaram a ocupar nas discussões da historiografia internacional nas últimas décadas. Mais do que um mero mantenedor das premissas historiográficas oitocentistas, Hintze tem sido visto pelos intérpretes de sua obra como um historiador que – em uma época de profunda crise do saber histórico e do pensamento científico ocidental como um todo – buscou oferecer soluções complexas e um tanto atuais aos desafios impostos pelas décadas iniciais do século XX⁴.

Defensor da superação das aporias do pensamento histórico em apelo à interdisciplinaridade, à ampliação de temas e à renovação da perspectiva teórica da historiografia tradicional, o nome de Hintze tornou-se referência incontornável àqueles preocupados com uma melhor compreensão dos

Iggers passaram a criticar tanto os fundamentos metodológicos quanto os pressupostos políticos daquilo que eles enxergavam como uma obsoleta “tradição historicista” de pensamento histórico. Ao contrário do que teria sido o objetivo dessa historiografia historicista, centrada em fatos e em atores políticos individuais, os historiadores do pós-guerra buscavam analisar grandes estruturas sociais como forma de compreender de maneira mais complexa os arranjos político-institucionais da realidade em tempos modernos. Foi a partir desse contexto que teve início, na Alemanha, a assim chamada Ciência Social Histórica (*historische Sozialwissenschaft*), que, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, passou a pregar que a ciência histórica alemã deveria tomar rumos mais sofisticados e seguir um desenvolvimento, nos termos de Wolfgang Mommsen, "para além do historicismo" (*jenseits des Historismus*). (Iggers 1995, p. 144)

³ Ver Friedrich Jaeger/Jörn Rüsen, *Geschichte des Historismus* (1992); Frederick C. Beiser, *The German historicist tradition* (2011); Flávia F. Varela/ Helena M. Mollo/ Sérgio R. da Mata/ Valdeci L. de Araujo. (orgs.). *A dinâmica do Historicismo* (2008).

⁴ Uma síntese em língua inglesa da biografia intelectual de Hintze e de suas contribuições historiográficas principais foi publicada recentemente por Leonard S. Smith em *The Expert's Historian* (2017).

contornos da ciência histórica no conturbado contexto intelectual alemão que antecedeu a ascensão nazista. De igual maneira, sua obra tem sido revisitada por intérpretes que enxergam em seu trabalho aquelas que seriam as raízes teóricas de um tipo de história social amplamente praticado pela historiografia internacional do pós-1945⁵.

Alinhado a essas tendências historiográficas, tenho no presente artigo o objetivo de trazer à tona as contribuições de Hintze para o debate em tela, lidando especialmente com os dois elementos que julgo centrais à compreensão do seu legado para a historiografia alemã no último século: 1) a sua dessacralização do Estado e da vida política no mundo moderno e 2) a sua definição racional do conceito de historicismo – que o levaria àquilo que ele identificava como um tipo “saudável” e “volitivo” de decisionismo – operada sob a influência weberiana durante a década de 1920.

Para tanto, defendo ser fundamental o entendimento das posições do historiador como um tipo particular de reação àquilo que, de maneira preambular, buscarei definir como a crise do historicismo no pensamento histórico alemão de sua época. Por fim, tendo demonstrado tal hipótese, sustentarei a ideia de que tanto a crise do historicismo, quanto as respostas oferecidas por Hintze à sua superação continuam em grande parte atuais para se pensar alguns desafios vividos pela historiografia no século XXI.

O colapso de uma crença: a crise do historicismo ou a dissolução do moderno conceito de história

Tudo possui sua individualidade e é uma lei para si mesmo, tudo possui sua própria lei de vida, tudo é relativo e em estado de fluxo: portando me deem um ponto [...] no qual eu possa me apoiar. Como podemos resistir a essa anarquia de valores? Como podemos superar uma perspectiva puramente histórica para uma doutrina de valores? (Meinecke 1959, p. 377)

Quando escreveu essas palavras em 1923, o historiador e amigo pessoal de Hintze, Friedrich Meinecke, referia-se ao cenário de instabilidade que acreditava habitar a cultura de seu tempo e que teria emergido com veemência

⁵ Importantes contribuições foram dadas por Wolfgang Neugebauer (2015) que - apesar de não lidar diretamente com os problemas do historicismo - presta especial atenção às precoces inclinações de Hintze às perspectivas da história global e comparada.

ainda maior nas primeiras décadas do século XX. “Relatividade”, “anarquia de valores” e “estado de fluxo” seriam sintomas daquilo que Meinecke identificava como o ambíguo traço do desenvolvimento da tradição de pensamento histórico alemão nos dois últimos séculos.

Apesar de ter possuído a virtude de libertar o homem moderno do dogmatismo universalista de outrora, por sua ênfase na historicidade do mundo, o historicismo teria apontado para a transitoriedade de todas as coisas face ao tempo, revelando o caráter finito, limitado e relativo dos valores e das instituições humanas na história.

Tal diagnóstico surgiria principalmente como uma resposta àquilo que seu colega, o teólogo Ernst Troeltsch, havia pouco antes definido como a “crise do historicismo”: “a dissolução do Estado, da lei, da moral, da arte e da religião no fluxo do vir a ser histórico” que seria em grande medida responsável pela atmosfera de incertezas vivida em sua época (Troeltsch 1922, p. 573).

Troeltsch, Meinecke e Hintze debatiam esses temas em suas caminhadas semanais pelo bairro de Dahlem, na capital do Império Alemão, já que, desde o início da Primeira Grande Guerra (1914-1918), os intelectuais passaram a lecionar juntos na Universidade de Berlim. Mesmo com a prematura morte de Troeltsch em 1923, os inconvenientes da crise apontada pelo teólogo permaneceriam no pensamento de Meinecke, de Hintze e de boa parte de seus contemporâneos acadêmicos ao longo das décadas subsequentes.

Mas a que exatamente se referiam Meinecke, Troeltsch e Hintze ao tratar de uma crise do historicismo? Qual a dimensão e o sentido dessa busca por um ponto estável em meio a essa alegada relatividade trazida pelo pensamento histórico?

Não tendo se restringido ao contexto de vida desses intelectuais, o debate sobre o significado do historicismo, e sobre o que teria sido essa tão debatida crise de seus fundamentos, continuou a causar polêmicas dentro e fora do mundo acadêmico alemão, permanecendo vivo nas mais diversas

discussões levadas a cabo por teóricos e por filósofos da história de todo o mundo ainda no século XXI.

Exemplar nesse sentido foi a intensidade com a qual o tema retornou aos debates intelectuais de historiadores e filósofos durante os anos 1980, 1990 e 2000⁶, quando – no contexto da crise trazida pelo pensamento pós-moderno – uma série de trabalhos passou novamente a se debruçar sobre os problemas do historicismo.

Aproveitando-se dos *insights* surgidos nessas décadas e aprimorando algumas reflexões produzidas em tais discussões, o historiador holandês Herman Paul, por exemplo, traria nos últimos anos uma série de importantes redefinições a respeito do que tem se entendido pela historiografia internacional como a crise do historicismo. Apoiando-se, sobretudo, nas interpretações de nomes como Friedrich Jaeger e Wolfgang Hardtwig, Paul enxerga aquela que seria a versão “clássica” do historicismo como o fenômeno cultural de sustentação da crença por parte da burguesia alemã oitocentista em valores morais e nas noções de continuidade, providência e progresso histórico.

Em recurso à história nacional, o historicismo oitocentista teria sido capaz de prover à cultura letrada alemã a justificativa para a crença na noção de estabilidade e na existência de um sentido para a continuidade de seu percurso histórico (Paul 2008, p. 12-13).

Entre o fim do Oitocentos e o início do século XX, todavia, a radicalidade de experiências como a guerra e a industrialização seriam acompanhadas por sentimentos de fragmentação e ausência de sentido, revelando a complexidade da realidade e tornando difícil a sustentação de narrativas que privilegiassem as noções de linearidade, proposta e coerência (Paul 2008, p. 12-13).

⁶ A crise do historicismo aparece como tema central dos seguintes trabalhos: Charles R. Bambach, *Heidegger, Dilthey, and the crisis of historicism* (1995); Wolfgang Bialas (org.), *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik* (1996); Reinhard Laube, *Karl Mannheim und die Krise des Historismus*: (2004). Otto Gerhard Oexle, *Krise des Historismus – Krise der Wirklichkeit* (2007).

Apesar de não minar valores e crenças morais em si⁷, o cenário de crise que emergiu em tal período dificultou a possibilidade de se justificar esses valores em termos históricos. É por isso que, nas palavras de Paul, a crise do historicismo representaria o "colapso da crença" que havia sustentado a coerência do discurso burguês desde a era de Ranke, Humboldt e Droysen⁸.

Além disso, por tratar-se de um problema surgido no interior da própria tradição alemã de pensamento histórico – e não tendo sido importando de discussões externas, como queriam autores como Charles Bambach (Bambach 1995, p. 185) –, o historiador sugere enxergar a crise como um “subjetivo genitivo”: "apenas quando, devido a uma série de causas, o pensamento historicista (clássico) passou a enfraquecer, com a ordem provida por sua *Weltanschauung* tendo colapsado, surgiu espaço para a emergência de outras visões de mundo menos firmes" (Paul 2008, p. 13).

Para pessoas que aprenderam a enxergar a si próprias em termos históricos, que se posicionaram em narrativas genealógicas e que haviam se definido como herdeiros de tradições com inclinações ao futuro, a consciência de que a história poderia ser dramaticamente diferente do esperado não apenas destruía certas versões sobre o passado, como impedia a formação de identidades históricas nos termos mais fundamentais.

⁷ Como percebido por Martin Wiklund, as posições de Paul eram uma resposta à interpretação de Annette Wittkau a respeito dos problemas do historicismo. Wittkau havia argumentado que a questão do relativismo de valores havia se estabelecido como o centro dessa crise e que a compreensão dos problemas da crise do historicismo teria sido obscurecida pela influência da interpretação (e da reabilitação do historicismo clássico) de Meinecke. Paul discorda de Wittkau, apontando que a crise não dizia respeito à validade de valores em si, mas (especialmente depois da Primeira Guerra) à habilidade do historicismo justificar valores, a ideia de progresso e a crença religiosa (Wiklund 2017, p. 92).

⁸ Interpretando a crise como o colapso de uma crença, Paul foi capaz de atentar para uma série de questões que permitiram a abertura de um novo leque em torno do significado cultural da tradição alemã de pensamento histórico. Primeiramente, se em sua construção de narrativas históricas de sentido absoluto o historicismo representou uma espécie de “religião da história” (termo de Hardtwig), poderíamos sustentar que o colapso de seus postulados afetou não apenas um número restrito de acadêmicos alemães, mas sim a diversos grupos de cidadãos que haviam orientado a sua existência em recurso à providência divina e ao sentido absoluto de sua história. Isso foi o que lhe permitiu atentar, em segundo lugar, para o fato da crise historicista não ter sido um fenômeno limitado ao cenário alemão de 1880 a 1930, se caracterizando, pelo contrário, como um fenômeno moderno, passível de ocorrer nos mais distintos locais, momentos e realidades culturais (Paul 2010, p. 192).

Por isso, o alegado "relativismo" vivido à época por Troeltsch, Meinecke e Hintze não significava a ausência de valores universais enquanto tal, mas sim a impossibilidade de sua justificação em narrativas de sentido histórico.

Mas se Paul é bastante preciso em tratar da fé historicista e dos elementos discursivos que permitiram a sua sustentação no Oitocentos e no início do século XX, o historiador falha ao não identificar essa crença no absoluto – da nação, do Estado, da cultura ou da religião – como o produto de certa experiência com o tempo na modernidade ocidental.

Afinal, mais do que algo homogêneo e predeterminado, essa pretensão totalizante presente no trabalho de boa parte da historiografia europeia dos séculos XIX e XX seria uma construção dos tempos modernos, ancorada, sobretudo, naquilo que Reinhart Koselleck identificou como o processo de surgimento do conceito de história na idade moderna.

Vale lembrar que para Koselleck, nos séculos que antecederam o advento da modernidade na Europa a principal forma de experimentar o tempo era aquela que se relacionava com as expectativas de salvação e de chegada do fim do mundo, de modo que o conceito de história (*Historie*) difundido à época refletia boa parte da estabilidade e da confiança depositada pelo homem medieval na constância da natureza humana (Koselleck 2006, p. 43).

Vivendo a distante expectativa do juízo final, os indivíduos referenciavam as suas ações a partir daquilo que a natureza poderia lhes oferecer em termos de experiência temporal, sendo possível inclusive extrair da história uma série de lições morais - a *historia magistra vitae* - capazes de orientar a ação dos indivíduos.

No entanto, Koselleck nota que esse modelo exemplar de história foi aos poucos deixando de possuir relevância no imaginário das cortes e da ascendente burguesia europeia em geral. Em especial devido ao avanço da ciência e da técnica, às guerras religiosas, à descoberta do Novo Mundo – com populações vivendo em diferentes fases de desenvolvimento –, além da dissolução do mundo feudal pela indústria e pelo capital, aquele tipo magistral

de história passou aos poucos a dar lugar a uma nova e mais abrangente forma de concepção histórica: a história (*die Geschichte*), entendida como um “singular coletivo”, justamente por sua capacidade de abarcar "o todo" da humanidade e de suas realizações conjuntas sobre o globo terrestre (Koselleck 2006, p. 236-237).

Impulsionada pelos acontecimentos revolucionários dos séculos XVIII e XIX, a difusão desse conceito de história viveria um dos seus auge entre as décadas de 1750 e 1850 – período denominado por Koselleck como *Sattelzeit* ("tempo de sela") - em um momento de grande confiança na razão universal e na capacidade humana de intervenção no tempo e no próprio sentido dessa nova concepção de história (Koselleck 2014, p. 281).

Incorporado pelas nascentes filosofias da história e pelo historicismo, o conceito de história era doravante entendido como uma grande marcha da humanidade em direção aos rumos da civilização e do progresso. Encurtando os espaços de experiência do presente e alargando os horizontes de expectativa em relação ao futuro, essa história "em si e para si" criou novas categorias de entendimento das relações humanas e dos lugares ocupados por cada sociedade e por cada cultura no interior de conceitos como "história universal" (*Universalgeschichte*) e "história mundial" (*Weltgeschichte*) (Koselleck 2006, p. 50-51).

A "simultaneidade do não simultâneo" se impôs enquanto perspectiva e enquanto forma de mensurar, a partir de uma leitura homogênea das distintas camadas temporais, o lugar ocupado pelo outro no todo da história da humanidade. Categorias como "progresso", "decadência", "aceleração" e "retardamento" serviam a partir de então para ordenar e para classificar qualitativamente os povos e as culturas, de modo que a própria ciência histórica se originou no século XIX alemão a partir dessa necessidade de compreensão e de organização hierárquica das nações naquela concepção de história como um singular coletivo (Koselleck 2006, p. 121-122).

Era esse, portanto, o tipo de crença que vigoraria pela maior parte do século XIX até o surgimento de manifestações mais veementes contrárias ao seu sentido – como foi o caso das críticas nietzschianas à história – nas décadas

finais do Oitocentos e no início do século XX. Portanto, de modo complementar ao que é dito por Herman Paul, poderíamos entender a crise do historicismo não apenas como o colapso de um tipo específico de forma de se relacionar e de narrar o passado, mas do próprio fundamento que permitiu o estabelecimento da história como um *locus* privilegiado de entendimento da realidade no mundo europeu-ocidental moderno.

Uma forma de atestar essa hipótese é atentar para a maneira como a crise em questão foi gestada no interior da ciência histórica alemã, analisando as estratégias de superação daquelas que passavam a ser percebidas de maneira cada vez mais intensa pelos historiadores como as aporias da concepção moderna de história. Nesse sentido, um olhar sobre as respostas oferecidas por Hintze à crise do historicismo poderá ser útil à compreensão desse processo e dos seus desdobramentos entre os representantes da ciência histórica do Império Alemão e do período de Weimar. Para tanto, será necessário que nos debruçemos de antemão sobre alguns elementos de sua biografia e do contexto intelectual no qual as suas proposições teóricas sobre o historicismo puderam emergir.

O lugar de Hintze na historiografia do Império Alemão e do período do entre guerras

Embora muitos intérpretes concordem que a maior parte da historiografia alemã permaneceu inerte às contradições em sua disciplina pelo menos até idos dos anos 1950, seria errôneo afirmar que essa passividade se estendeu a todos os representantes da ciência histórica do país.

Influenciados pelo trauma da guerra, pelas abruptas mudanças sociopolíticas e, sobretudo, pelos debates interdisciplinares do início do século, nomes como Hintze atentavam para as fragilidades de uma concepção histórica insciente e pouco sensível às demandas de seu próprio tempo.

Nascido em 1861 na cidade pomerana de Pyritz, Hintze estudou na Universidade de Berlim da década de 1880, época em que figuras como Johann Gustav Droysen, Wilhelm Dilthey e Gustav von Schmoller lecionavam na capital do império no auge de seu prestígio intelectual. Após se doutorar em

1885, ele ainda cursaria seis semestres de direito e administração pública na mesma instituição, desta vez com o intuito de se preparar de forma completa para o estudo dos temas que figurariam no cerne de sua obra até o fim de sua carreira: a história constitucional e administrativa (Oestreich 1972, p. 194).

Tendo se habilitado à docência em 1895, sete anos mais tarde, o jovem Hintze passaria a ocupar a cátedra de história administrativa, constitucional e política em sua *alma mater*, a Universidade de Berlim. Sua nomeação como professor na capital se dera em grande medida devido à publicação de uma série de trabalhos a respeito do desenvolvimento histórico, administrativo e constitucional do Estado prussiano desde idos do século XVIII.

Seus interesses pela Prússia e por suas instituições foram em parte estimulados por sua participação desde 1887 no projeto *Acta Borussica*, que sob o patrocínio da Academia Real de Ciências e sob a supervisão de Schmoller publicava documentos e fontes de pesquisa relacionadas ao Estado e à monarquia Hohenzollern (Neugebauer 1993, p. 66).

Ao contrário do tipo essencialmente político de história escrita por seus contemporâneos, Hintze tratava do passado prussiano considerando a ampla temática de suas instituições e abdicando do tom semioficial característico da historiografia de sua época.

Mesmo antes do início da Primeira Guerra em 1914, Hintze já esclarecia que os objetivos de sua escrita histórica iam muito além de uma mera história oficial prussiana: "a meta real de meus esforços intelectuais sempre esteve direcionada a uma história comparada das constituições e administrações do Ocidente" (Hintze 1914, p. 744). Esta perspectiva mais ampla era o que lhe permitia "complementar o trabalho de Ranke", que, ao lado de seus antigos professores, figurava como uma de suas principais influências intelectuais.

De fato, sua preocupação em inovar teórica e metodologicamente a pesquisa histórica datava tanto dos seus anos como aluno de Droysen e Dilthey em Berlim quanto do início de seus diálogos com Meinecke no final dos anos 1880. De tais discussões surgiria o artigo *Über individualistische und kollektivistische Geschichtsauffassung* (Sobre abordagens históricas individuais e

coletivistas), publicado em 1897 na *Historische Zeitschrift*. No texto, Hintze se posicionava em meio à disputa metodológica – a assim chamada *Lamprechtstreit* (Contenda em torno de Lamprecht) – ocorrida na historiografia de língua alemã nos anos 1890 (Schieder 1984, p. 619).

Em seu monumental *Deutsche Geschichte* (História Alemã) e em uma série de artigos e ensaios, o então docente de história moderna e medieval pela Universidade de Leipzig, Karl Lamprecht, declarava guerra ao método individualizante e descritivo da historiografia alemã tradicional. Contra a abordagem política e a teoria rankeana das ideias, Lamprecht defendia o estabelecimento de leis gerais e de uma ampla perspectiva cultural, capazes de restabelecer a precisão analítica e a própria cientificidade do conhecimento histórico naquele fim de século (Lamprecht 1896, p. 71).

Não tardaria para que as proposições de Lamprecht fossem duramente atacadas pelos principais representantes da ciência histórica alemã do período. Afinal, em suas críticas, o catedrático de Leipzig investira não só contra a historiografia contemporânea, mas contra toda a tradição de pensamento histórico alemã desde Humboldt e Ranke.

Por isso, figuras como Georg von Below e Max Lenz partiriam em defesa da historiografia tradicional, condenando a história cultural de Lamprecht por seu flerte com o positivismo ocidental e pelo diletantismo de suas propostas teórico-metodológicas (Chickering 1993, p. 146-167).

De maneira oposta à maioria dos historiadores envolvidos na *Lamprechtstreit*, em *Sobre abordagens históricas individuais e coletivistas*, Hintze buscava uma posição moderada em relação às provocações do autor de *História Alemã*. Considerando as críticas de Lamprecht à tendência individualizadora e marcadamente idealista da historiografia rankeana, Hintze atentava para as possíveis vantagens de uma conciliação desta com um olhar mais abrangente – "coletivista" – para a pesquisa histórica. Além de apresentar uma consistente ponderação teórica entre as duas partes, em seu texto, Hintze apontava para uma ruptura com os padrões tradicionais da escrita histórica oitocentista, bem como para aquele que doravante seria um dos seus principais interesses

acadêmicos: "constituir a história mundial a partir de uma história comparada das nações"(Hintze 1897, p. 67).

Escapando à contemplação de um único objeto, a análise comparada do desenvolvimento de distintas constituições e sistemas administrativos europeus era o que permitia a Hintze afastar-se da convencional exaltação nacionalista da historiografia de sua época. Mesmo em obras como *Die Hohenzollern und ihr Werk* (Os Hohenzollern e os seus feitos), escrita às vésperas da Primeira Guerra em celebração aos quinhentos anos da dinastia real prussiana, Hintze zelava por certa distância analítica em relação ao tema, ao mesmo tempo em que optava por uma narrativa em que o desenvolvimento institucional e a política externa possuíam papel mais destacado do que simples realizações de heróis ou de fatores individuais (Karady 1965, p. 1291-1292).

Apesar disso, assim como Troeltsch, Meinecke, Max Weber e a grande maioria da burguesia liberal alemã, Hintze apoiou a guerra de 1914, para logo em seguida frustrar-se com os excessos conservadores e com a posterior derrota de 1918. Ele havia acreditado na singularidade da experiência histórica prussiana como uma espécie de modelo analítico a partir do qual outros Estados europeus poderiam ser compreendidos. Doravante, entretanto, a Prússia perdera a sua proeminência e o cenário político internacional se mostrara muito mais complexo e pouco favorável às antigas aspirações da monarquia alemã (Gilbert 1975, p. 19-20).

Sua aceitação do ideal republicano nos anos do pós-guerra implicaria, portanto, na necessidade de reavaliar antigos postulados, bem como algumas posições prévias relativas à sua concepção de história.

Com problemas de saúde e com sérias complicações em sua visão, Hintze abdicaria por completo de sua cátedra na Universidade de Berlim em 1920. Destas dificuldades derivaria o início de uma nova fase em seus escritos, já que, impedido de ler documentos e fontes primárias, o historiador se dedicaria a uma série de artigos, resenhas e ensaios nos quais ele externava algumas de suas visões a respeito da filosofia, teoria e metodologia da história.

Em seus escritos deste período o intelectual se debruçaria sobre boa parte da literatura preocupada com a complexa situação vivida pela cultura e pelo pensamento alemão à época de Weimar. Dialogando com nomes como Max Scheler, Hans Kelsen, Franz Oppenheimer, Troeltsch e em especial com Max Weber, Hintze encontraria os fundamentos epistemológicos a partir dos quais passaria a se dedicar ao seu renovado projeto de escrita de uma história comparada das constituições e dos Estados europeus (Iggers 1983, p. 233-234).

A ascensão de Hitler em 1933 impediria a consolidação desta empreitada e os seus manuscritos permaneceriam sem publicação pelo menos até o fim da Segunda Guerra. A perseguição à sua esposa, Hedwig Hintze⁹, e o seu profundo descontentamento em relação ao regime Nacional-Socialista legariam a Hintze uma vida ainda mais reclusa e solitária em Berlim.

Mesmo após a sua morte em 1940 e ao menos até as primeiras décadas do pós-guerra seus escritos teóricos permaneceriam desconhecidos na Alemanha, sendo debatidos por um círculo bastante restrito de intelectuais. Entre aqueles que se deixariam influenciar de forma decisiva pelas ideias de Hintze estariam o seu amigo, Meinecke, e alguns de seus mais influentes discípulos historiadores emigrados nos EUA, como Felix Gilbert e Dietrich Gerhard (Schieder 1984, p. 616).

Além dos seus importantes subsídios teóricos para o que posteriormente se conceberia como um tipo estrutural de história social, Hintze também desempenhou um relevante papel na contenda a respeito da crise cultural de sua época e do problema do historicismo. É especialmente em sua discussão sobre as ideias de Meinecke, Troeltsch e Weber que reside a principal contribuição do historiador para esse debate. Dito isto, tratarei no que segue dos *insights* do intelectual para a discussão em tela, lidando primeiramente com a crítica por ele estabelecida àquela que no Oitocentos havia se firmado como

⁹ Casada com o historiador (e seu antigo professor) desde 1912, Hedwig (Guggeheimer) Hintze foi uma das primeiras historiadoras alemãs a ocupar importantes espaços na universidade e nos círculos intelectuais de Weimar, chegando a realizar seu doutorado (sob a orientação de Meinecke) e a contribuir como parecerista da *Historische Zeitschrift*. De origem judaica, Hedwig seria perseguida pelos nacional-socialistas no pós-1933, sendo obrigada a se exilar para os Países Baixos em 1940, onde morreria dois anos mais tarde em circunstâncias que permanecem não esclarecidas até os dias atuais (Oestreich 1985, p. 397-419).

uma das mais caras referências ao pensamento histórico alemão: o conceito de Estado-nacional.

Hintze e a dessacralização do Estado nacional

A maioria dos intérpretes da obra de Hintze concorda que uma das principais dissonâncias de suas ideias em relação à maior parte do pensamento histórico de sua época se dava em sua crítica ao ideal histórico de individualidade. Ao contrário dos seus predecessores da Escola Histórica Prussiana e mesmo dos neo-rankeanos de sua época, Hintze percebera muito cedo em sua carreira os limites de um tipo genético de teoria histórica, na qual o interesse do Estado-nação individual tendia a prevalecer sobre fatores e explicações de ordem mais ampla:

Na vida dos povos, eventos e condições externas exercem uma influência decisiva sobre a constituição interna. A história não permite um desenvolvimento espiritual progressivo [...]; existe uma colaboração constante e uma interação entre o mundo interno e exterior (Hintze 1975, p. 162).

Essa constatação em relação aos vários "impulsos e pressões" (*Schieben und Drängen*) que influenciariam o decurso histórico dos modernos Estados nacionais o levava a abraçar uma perspectiva comparada na compreensão da gênese das distintas constituições e sistemas administrativos europeus. Se pelo menos até o fim da Primeira Guerra, Hintze mantivera a confiança no modelo prussiano como uma espécie de padrão analítico universal, os anos do pós-guerra o tornariam mais cético, não só em relação à Prússia, quanto no que dizia respeito ao próprio significado do Estado no desenvolvimento da história universal.

O historiador expressava essa mudança em sua concepção sobre ética e política em ensaios como *Soziologische und geschichtliche Staatsauffassung* (Abordagens sociológicas e históricas sobre o Estado) (1929) e *Weltgeschichtliche Bedingungen der Repräsentativverfassung* (As pré-condições para o governo representativo no contexto da história universal) (1931), escritos à época de suas reflexões teóricas dos anos 1920 e 1930.

Sob a influência do pensamento weberiano, Hintze passaria a conceber as instituições modernas no interior do ambíguo processo de racionalização vivido pelo mundo ocidental. Assim, o Estado não era mais visto como contendo uma vida própria, existindo de forma independente e acima dos contrastes e dos grupos sociais; ele tornara-se, pelo contrário, um mero aparato institucional, mudando as suas funções e propostas de acordo com circunstâncias externas e alterações na distribuição do poder (Gilbert 1975, p. 22).

Longe de estar em sintonia com uma ética universal ou de representar um fim em si mesmo, o moderno Estado-nacional era posto à mercê dos caprichos da política internacional e de fenômenos como o imperialismo e a busca por colônias no além-mar: "todo o poder, pelo menos todo poder preponderante, é geralmente utilizado de forma desmedida, sendo utilizado de maneira errônea mesmo considerando suas formulações morais e legais" (Hintze 1929, p. 38-39).

Esta submissão da história universal aos ditames do poder político, estabelecido por homens e instituições reais, era aquilo que Hintze acreditava ser a sua forma de complementar tanto o idealismo da perspectiva rankeana quanto o racionalismo da teoria sociológica de Weber.

Além disso, incorporando a noção weberiana de tipos ideais, Hintze abandonava a antiga crença histórico-idealista em um sentido determinado para o decurso histórico e na possibilidade de apreensão mimética de "ideias" que orientariam o passado:

Um mundo de ideias eterno, existindo acima e além da vida humana, e oferecendo uma revelação ocasional para a humanidade, é uma suposição incompatível com a natureza das ideias que emergem na história (Hintze 1927, p. 217).

As ideias limitariam sua existência à mente humana individual, servindo mais como um instrumento heurístico de análise do real do que como confirmação empírica de determinadas tendências do passado.

Essa ampliação do leque teórico e da própria noção de individualidade – que Hintze passava a associar ao sistema de Estados ocidental como um todo – representava aquilo que Leonard Smith entende como a culminação do

processo de secularização vivido pelo pensamento histórico alemão na primeira metade do século XX.

Racionalizando o Estado e a política, comparando distintos desenvolvimentos históricos e esclarecendo a distância entre formulações conceituais e a realidade histórica, Hintze abraçava uma concepção imanente de história, na qual a compreensão do mundo se circunscrevia aos limites da elementar condição humana em tempos modernos (Smith 2010, p. 250).

De qualquer forma, ao contrário de Troeltsch e mesmo de Weber, Hintze não se angustiava diante das possíveis consequências deste tipo dessacralizado de perspectiva histórica. Mesmo a par dos distintos diagnósticos que apontavam para uma crise cultural decorrente do relativismo e da dissolução de antigos valores, o historiador mantinha inabalada a sua confiança na capacidade humana de produzir enunciados e orientações práticas para a sociedade no presente. Esta convicção derivava de uma característica de seu pensamento que o acompanhara desde o início de sua carreira: a confiança nas possibilidades do saber histórico científico. Tal perspectiva fica clara na crítica feita pelo historiador à noção troeltscheana de historicismo. É precisamente este o tema do próximo tópico.

Hintze e a cientificidade do saber histórico como solução para a crise do historicismo

Hintze sintetizaria boa parte de suas concepções teóricas e de sua posição no debate a respeito dos problemas culturais e filosóficos de sua época no ensaio *Troeltsch und die Probleme des Historismus* (Troeltsch e os problemas do historicismo), publicado em 1927 na *Historische Zeitschrift*.

No texto, além de fazer frente às ideias de Troeltsch – seu antigo colega e companheiro de discussões intelectuais em Berlim – o historiador formulava aquilo que acreditava ser a direção correta a ser tomada pela ciência histórica alemã face aos desafios daquele início de século XX.

Embora enxergasse o mérito dos esforços de Troeltsch no sentido de superar as contradições da ciência e da moderna consciência histórica, Hintze acreditava que o teólogo não havia sido bem-sucedido em sua tentativa de

conferir um sentido positivo à noção de historicismo e, logo, à superação de sua crise. Isso se dera em grande medida pelo fato do autor de *Der Historismus und seine Probleme* (O historicismo e seus problemas) (1922) ter confundido dois âmbitos essenciais do problema historicista, isto é, as dimensões ética e epistemológica:

Essa definição deposita muita ênfase no historicismo como uma metodologia, mas não separa claramente esse aspecto do historicismo de um conceito a respeito de uma filosofia geral da vida. Essas duas ideias estão, obviamente, interligadas, mas ainda me parece desejável e possível estabelecer uma distinção entre ambas (Hintze 1927, p. 250).

Mais do que um simples erro conceitual, a confusão de Troeltsch entre visão de mundo e epistemologia (ou entre ética e ciência) levaria a uma série de paradoxos que impossibilitariam a resolução das aporias colocadas pela questão do historicismo (o ceticismo, o imobilismo, o relativismo de valores etc.). Por isso, em seu ensaio, Hintze almejava esclarecer os pontos deixados em aberto pelo teólogo, buscando desta forma estabelecer um significado realmente positivo para a noção de historicismo (Kämmerer 2014, p. 94).

Antes de tudo, Hintze via como necessário esclarecer que o historicismo nada tinha a ver com uma visão de mundo. Este representaria muito mais um "modo de pensamento" ou um "conjunto de categorias metodológicas" que, longe de ser um fenômeno exclusivamente alemão¹⁰, teria ocorrido de forma paulatina no mundo ocidental desde o século XVIII. Isso o levava a incluir outras correntes de pensamento histórico – como o positivismo e o marxismo – em sua definição, abandonando a tradicional ideia de individualidade em detrimento de uma noção de historicismo como um amplo desenvolvimento ocidental (Hintze 1927, p. 192).

Eliminando a noção de visão de mundo e enfatizando o aspecto epistemológico do conceito, Hintze restringia, ao mesmo tempo em que ampliava a sua noção de historicismo. Isso implicava, portanto, na necessidade de abordar o fenômeno a partir de uma ótica que ele acreditava ter sido

¹⁰ Essa era uma crítica direta à percepção que Meinecke possuía do mesmo problema. Além de criticar a estreiteza teórica do conceito em Meinecke - que acreditava que o historicismo seria um fenômeno europeu, mas essencialmente alemão -, Hintze acusava o seu colega de reproduzir a antiga propaganda de guerra, quando a especificidade cultural alemã era oposta aos valores da civilização ocidental (Hintze 1927, p. 192).

subestimada pela abordagem troeltscheana, isto é, a dos constituintes científicos do pensamento historicista.

Por isso, em sua análise, Hintze ambicionava eliminar o que acreditava ser o otimismo religioso que impedira o teólogo de explorar de forma adequada as possibilidades epistemológicas da compreensão histórica da realidade (Smith 2010, p. 243).

Um dos principais equívocos cometidos por este “misticismo” troeltscheano teria ocorrido em sua mescla entre as noções de valor e sentido. Embora concordasse que o trabalho do historiador se inicia invariavelmente no âmbito da intuição (de "um valor para a vida") na escolha de um objeto individual, Hintze acreditava que a pesquisa histórica jamais deveria terminar na esfera dos valores e das unidades de sentido de caráter individual (Oexle 1996, p. 60).

Em outros termos, abraçando a lógica weberiana, Hintze propunha uma drástica separação entre o que acreditava ser as esferas da vida e a objetividade do saber científico:

O objeto histórico como uma individualidade total, portanto, é apreendido intuitivamente como uma unidade de vida. É tarefa da pesquisa racional, empregando materiais empiricamente reunidos, demonstrar a unidade de sentido no objeto histórico. Qualquer relação a uma estrutura de valor é geral e acidental, já que toda a vida e toda a cultura possuem alguma forma de valores inerentes, sendo apenas nesse sentido geral que os valores influenciam na delimitação de um objeto na pesquisa histórica (Hintze 1927, p. 206).

Por isso, apesar de se originarem na experiência humana de vida, os conceitos – como as noções de “individualidade” e “desenvolvimento”, por exemplo – não encontrariam expressão imediata na realidade e tampouco operariam como determinantes de direcionamentos éticos estabelecidos a priori. Estes funcionariam, ao contrário, como abstrações responsáveis pela importante tarefa de um esclarecimento de fragmentos do real e, mesmo sendo capazes de apontar para tendências e realizações efetivas, eles jamais se mesclariam à realidade histórica enquanto tal (Kocka 1981, p. 96).

Seria exatamente por negar a distância entre ideias e realidade, e mesmo entre a lógica compreensiva e a filosofia da história, que Troeltsch teria

sucumbido às armadilhas do misticismo. Embora admitisse que a ciência histórica jamais fosse capaz de eliminar por completo o mistério fundamental das coisas históricas, Hintze acreditava que o historiador deveria esforçar-se ao máximo no sentido de aclarar esse aspecto obscuro do passado: “com isso eu não almejo negar os aspectos misteriosos e inexplicáveis da produção criativa. O famoso X de Droysen permanece, mas em minha concepção a pesquisa histórica deveria reduzir esse X a um mínimo” (Hintze 1927, p. 218).

Apesar de discordar da filosofia da história e da lógica epistemológica troeltscheana, Hintze concordava com o teólogo a respeito da necessidade de relacionar o saber histórico com as demandas práticas do presente. Para o historiador, Troeltsch teria acertado ao associar o problema do historicismo à importante tarefa de compreensão das transferências culturais no mundo pós-1918.

Negando a tese de Oswald Spengler e demonstrando a crescente influência da cultura ocidental sobre o mundo¹¹, o teólogo havia apontado de igual maneira para o necessário estímulo de uma "vontade ética" capaz de superar as contradições de uma realidade cada vez mais complexa, tanto em termos políticos quanto culturais.

Mais uma vez, entretanto, Hintze concordava com o diagnóstico, mas discordava das soluções da filosofia material da história proposta por Troeltsch. Em sua busca por padrões e referências éticas, a síntese cultural troeltscheana cometia novamente o equívoco de buscar respostas últimas para a insolúvel questão dos valores na história. Buscando escapar da normatividade de uma ética absoluta aos moldes de Heinrich Rickert, a ênfase do teólogo nos

¹¹ Troeltsch não hesitava em classificar o seu *O historicismo e seus problemas* como uma resposta ao *best-seller O declínio do Ocidente* (1918), do intelectual neo-conservador Oswald Spengler. Figurando como uma espécie de outsider em relação aos círculos acadêmicos alemães, Spengler ficara conhecido internacionalmente não apenas pelo pessimismo de sua filosofia da história "às avessas" presente em sua obra mais famosa, como por suas posições marcadamente antidemocráticas e inclinadas a um tipo prussiano de conservadorismo nacionalista. Contra o sistema spengleriano - visto por Troeltsch como "uma organologia, puramente contemplativa, particularizante e individualista" - o teólogo propunha um tipo distinto e politicamente responsável de filosofia da história, que, no lugar de pensar as contradições e paradoxos do mundo ocidental - os antagonizando aos valores alemães - pretendia integrar os seus constituintes culturais em um sistema de pensamento dinâmico e capaz de orientar o futuro da sociedade europeia naqueles anos de reestruturação política e cultural (Cho 1999, p. 244).

impulsos éticos da cultura ocidental o mantinha ancorado ao ingênuo otimismo de sua fé religiosa, impedindo-o do mesmo modo de atentar para o único meio possível de superar as contradições do historicismo, isto é, o esclarecedor potencial da compreensão histórica (Tessitore 2005, p. 76-77).

A falta de atenção do intelectual para com o problema fundamental da lógica cognitiva – ou de uma "psicologia das ciências humanas", nos termos de Hintze – o impedira de perceber como a independência da atividade espontânea da consciência individual poderia contribuir para superar as aporias do pensamento e da própria realidade histórica.

Além disso, a confusão troeltscheana entre vida e epistemologia o levava, inclusive, a exagerar a dimensão da crise do historicismo, já que seu temor em relação ao relativismo histórico em muito derivava de sua incapacidade de perceber o potencial libertador da consciência individual frente a esse tipo pernicioso de visão de mundo:

Se evitarmos essa visão particular, podemos seguramente admitir a ilimitada relatividade de toda a vida histórica sem nos tornarmos vítimas do relativismo ou sacrificar a liberdade do espírito. Pois a liberdade nada mais é do que a consciência de liberdade (Hintze 1927, p. 231).

Essa clareza em relação às possibilidades da consciência e da compreensão histórica seria também a chave para a crítica e para o estímulo de elementos da tradição:

Se pudermos fazer isso, podemos iniciar um movimento que envolverá forças materiais e intelectuais e que prevenirá nossa cultura de degenerar em termos de uma 'civilização' puramente técnica, científica e materialista (Hintze 1927, p. 238).

Por isso, no lugar de uma confusa e subjetiva síntese cultural, Hintze propunha uma ideia de historicismo que, livre da metafísica, seria capaz de esclarecer os processos históricos e as transferências culturais responsáveis pelo advento e pela continuidade futura de variados constituintes da tradição ocidental (Gerhard 1970, p. 43).

No cerne deste pressuposto estava a ideia de que a história deveria ser uma ciência voltada para o entendimento da realidade (*Wirklichkeit*), que, na

complexificação e problematização do real, poderia revelar interesses e apontar para possibilidades práticas no tempo presente. Para o historiador, isso significava compreender as dificuldades e os problemas da vida política e econômica contemporâneas, bem como o difícil lugar ocupado pela Alemanha em um mundo dividido entre os extremos do imperialismo ocidental e a obscuridade do oriente socialista.

Seria justamente este senso de realidade que teria faltado à filosofia da história troeltscheana e à história das ideias proposta na mesma época por Meinecke. Contra os "castelos de vento" de um idealismo preocupado com o estabelecimento de metas e valores últimos, Hintze preferia recorrer a uma ciência histórica capaz de estimular uma vontade ética individual ou àquilo que ele entendia como um tipo "saudável de decisionismo":

Ela não nos leva ao absolutismo intelectual que Rickert tinha em mente, mas nos leva a nos dedicar, se posso dizer, a um decisionismo saudável e volitivo (*zu einem gesunden, willensmäßigen Resolutismus*), para esclarecer objetivos culturais, para a firme decisão de não sucumbir a formas individuais, nacionais ou supra-nacionais de nossa vida cultural, mas para nos mantermos firmes contra forças hostis e nos desenvolvermos de acordo com nossa natureza (Hintze 1927, p. 239).

De toda forma, a herança das virtudes weberianas, e de sua hesitação em mesclar valores e ciência, significava, de igual maneira, a necessidade de lidar com os limites de sua lógica formal. Rejeitando proposições éticas de longo prazo e separando ciência histórica e visão de mundo, o historicismo estritamente científico de Hintze o deixava preso em um decisionismo semelhante àquele gerado pela ética weberiana da responsabilidade (Kämmerer 2014, p. 98).

Do mesmo modo, apesar de preocupar-se com o significado das transferências culturais, seu racionalismo o impedia de definir de forma precisa os contornos e os significados presente e futuro da Alemanha e da cultura ocidental como um todo. Ademais, ao contrário da noção troeltscheana de

européismo¹², Hintze não produzira um conceito que o permitisse pensar as trocas culturais para além da reiteração de antigos valores europeus e da sobreposição destes em relação às outras culturas mundiais.

Por fim, é importante ressaltar que essas limitações na concepção histórica de Hintze não impediriam que suas ideias desempenhassem um relevante papel nas discussões subsequentes a respeito da história. Embora limitado a um círculo restrito de interlocutores, seu ímpeto em renovar o saber histórico revela a complexidade do debate e aponta para uma importante direção tomada por parte da historiografia alemã no contexto dos debates sobre a crise do historicismo que seriam fundamentais para as renovações teóricas que surgiriam no cenário intelectual europeu do pós-Segunda Guerra Mundial.

Os ecos da crise do historicismo e a atualidade do pensamento histórico de Hintze

Mais do que uma corrente monolítica de pensamento, a tradição historicista alemã de reflexão histórica se desenvolveu em direções um tanto heterogêneas desde os tempos de Ranke até a segunda metade do século XX, quando os seus postulados passaram a ser duramente criticados por gerações mais jovens de historiadores que ocupariam as cátedras universitárias na Alemanha daquele período.

Logo, pela complexidade e variedade de propostas surgidas no seio da historiografia acadêmica, o historicismo se mostraria muito mais plural do que

¹² Em *O historicismo e seus problemas*, Troeltsch apresentava o que acreditava ser o equilíbrio correto em termos de referência à síntese cultural buscada em sua filosofia da história, o que em sua perspectiva seria apresentado a partir da "ideia universal de europeísmo". Para o teólogo a formação do mundo ocidental e de suas forças propulsoras havia convergido para o surgimento dos valores que constituíram a essência do moderno espírito europeu. Transpondo a soberba nacionalista e etnocêntrica da historiografia Oitocentista, esse tipo descentralizado de europeísmo poderia ser uma espécie de filtro a partir do qual o historiador estaria apto a compreender outras culturas e civilizações, ao mesmo tempo em que estimularia o desenvolvimento do seu próprio complexo cultural. Como uma forma de libertação da mera contemplação e como uma fuga do círculo ("vicioso") da hermenêutica, essa "síntese cultural do europeísmo" era a resposta pragmática que Troeltsch fornecia não só à crise do historicismo como aos próprios problemas da cultura e da sociedade europeias em sua época (Harrington 2004, 486).

a caricatura que seria pintada a seu respeito por essa ciência-social histórica dos anos do pós- guerra.

Ilustrativo desse quadro é a gama de problemas surgidos no seio do pensamento histórico alemão entre o final do Oitocentos e o início do século XX e que tem sido amplamente explorados pela historiografia internacional nas últimas décadas.

Sintetizados pelo teólogo Ernst Troeltsch a partir do termo “crise do historicismo”, esse conjunto de aporias revelaria as fragilidades da crença sustentada pela historiografia em um sentido absoluto para as narrativas históricas sobre a nação, o Estado, a Igreja ou a cultura que haviam vigorado na Alemanha e na Europa até aquele momento.

Tanto como um fenômeno subjetivo genitivo – tal qual revelado pela *Lamprechtstreit* – quanto como resultado das abruptas mudanças trazidas pela guerra e pela industrialização, aquele seria um período em que prevaleceriam sentimentos de ruptura, de declínio, de relativismo de valores ou aquilo que Herman Paul definiria simplesmente como o colapso da antiga crença nas noções de continuidade, linearidade e sentido histórico que haviam por décadas justificado os valores e formado a identidade dos membros da burguesia letrada do país.

Representando um abalo da confiança nos próprios contornos adquiridos pela experiência moderna com o tempo, sob diversos aspectos a crise do historicismo pode, portanto, ser entendida como um momento no qual a forma de se entender a história na modernidade – isto é, como um singular-coletivo – teria aos poucos colapsado.

Por isso, a antiga maneira homogênea de se mensurar camadas temporais e experiências históricas heterogêneas – sob o efeito da simultaneidade do não simultâneo – sofreria severos abalos, de modo que se tornaria cada vez mais difícil justificar de forma coerente a superioridade da nação, da cultura ou da civilização europeia em recurso a narrativas de sentido histórico.

Como busquei demonstrar nas páginas acima, um breve olhar sobre o lugar ocupado por historiadores como Otto Hintze nesse processo é um tanto

revelador dos traços dessa crise vivida há mais de um século pelo historicismo no contexto intelectual alemão.

Essa é uma ótica que nos permite interpretar a inquietude teórica do historiador, a sua busca pela interdisciplinaridade, a sua ênfase na história comparada e, sobretudo, a sua dessacralização da política e do próprio conceito de Estado como estratégias de superação dos limites do historicismo clássico e como tentativas de adequação dos postulados da ciência histórica à nova dinâmica sócio-política do século XX.

Essa hipótese se confirma em grande medida quando analisamos as contribuições de Hintze para a contenda, iniciada anos antes por Troeltsch, sobre o próprio significado do conceito de historicismo. Criticando a definição troeltscheana, Hintze acreditava que a solução para os problemas apontados pelo teólogo passava pela necessidade de eliminação dos elementos de *Weltanschauung* presentes no conceito. Ao distinguir o historicismo de uma mera visão de mundo e ao destacar a liberdade da consciência e escolha individuais, o historiador pensava ser capaz de enaltecer os aspectos epistemológicos do fenômeno, extraíndo daí, sob a influência weberiana, a rigidez científica necessária à superação dos dilemas do saber e da cultura em seu tempo.

Se considerarmos as inúmeras discussões sobre a fragmentação da história, sobre as fragilidades da epistemologia cartesiana tradicional, sobre certo imobilismo presentista ou mesmo sobre os limites etnocêntricos da disciplina histórica que tomaram corpo nas humanidades durante as cinco últimas décadas poderíamos afirmar, sem risco de exagero, que a crise do historicismo continua a produzir importantes ecos para o pensamento histórico contemporâneo.

De igual modo, se levarmos em consideração que esses infortúnios não foram capazes de abalar de maneira substancial os prejuízos que aquele velho modelo singular de história produziu – e continua a perpetrar – na consciência histórica dos centros e das periferias do mundo globalizado, poderíamos sugerir que o pensamento histórico de Hintze pode ainda ser revisitado como

forma de produzir respostas a esses dilemas enfrentados pela historiografia das últimas décadas.

Afinal, tendo tido a sua inquietude teórica e a sua reconceitualização do historicismo o objetivo de complexificar a realidade e de gerar um posicionamento crítico em relação a certas idealizações de modelos de desenvolvimento histórico pré-estabelecidos, os *insights* de Hintze permanecem um tanto atuais para pensarmos os desafios da história acadêmica em tempos de uma necessária reflexão sobre a dimensão ética – sobretudo do passado prático (White 2014) – do trabalho do historiador no século XXI.

Referências bibliográficas

BAMBACH, Charles R. *Heidegger, Dilthey, and the crisis of historicism*. Cornell University Press, 1995.

BEISER, Frederick C. *The German historicist tradition*. Oxford University Press, 2011.

BIALAS, Wolfgang. *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik*. Peter Lang, Frankfurt am Main, 1996.

CHICKERING, Roger. *Karl Lamprecht: a German academic life (1856-1915)*. Humanities Press International, New Jersey, 1993.

CHO, Joanne Miyang. Historicism and Civilizational Discontinuity in Spengler and Troeltsch. *Zeitschrift für Religions- und Geistesgeschichte*, vol. 51, No. 3, Brill, 1999.

GERHARD, Dietrich. Otto Hintze: His Work and His Significance in Historiography *Central European History*, vol. 3, no. 1/2, Cambridge University Press, 1970.

GILBERT, Felix. Introduction: Otto Hintze (1861-1940). In: HINTZE, Otto. **The Historical Essays of Otto Hintze**. Oxford University Press, 1975.

HARDTWIG, Wolfgang. Geschichtsreligion-Wissenschaft als Arbeit-Objektivität. *Historische Zeitschrift*, v. 252, n. JG, p. 1-32, 1991.

HARRINGTON, Austin. Ernst Troeltsch's concept of Europe. *European Journal of Social Theory*, v. 7, n. 4, p. 479-498, 2004.

HINTZE, Otto. The formation of states and constitutional development: a study in history and politics In: HINTZE, Otto. *The Historical Essays of Otto Hintze*. Oxford University Press, 1975.

HINTZE, Otto. "Antrittsrede des Herrn. Hintze". In: *Sitzungsberichte der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften zu Berlin*, Verlag der Königlich Akademie der Wissenschaften, Berlin, 1914.

HINTZE, Otto. Über individualistische und kollektivistische Geschichtsauffassung. *Historische Zeitschrift*. Bd. 78, R. Oldenbourg, München und Leipzig, 1897.

HINTZE, Otto. Soziologische und geschichtliche Staatsauffassung. Zu Franz Oppenheimers System der Soziologie. *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, Bd. 86, Mohr Siebeck GmbH & Co, Tübingen, 1929.

HINTZE, Otto. Troeltsch und die Probleme des Historismus. *Historische Zeitschrift*, no. 1 vol. 135, n. 1, 1927.

IGGERS, Georg. Historicism: The History and Meaning of the Term. *Journal of the History of Ideas*, vol. 56, No. 1, 1995.

IGGERS, Georg. *The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present*. Rev. ed. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press, 1983.

JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus: eine einföhrung*. CH Beck, 1992.

JAEGER, Friedrich. Theorietypen der Krise des Historismus In: BIALAS, Wolfgang; RAULET, Gérard. *Die Historismusdebatte in der Weimarer Republik*. Peter Lang, Frankfurt am Maim, 1996.

KÄMMERER, Wolfgang. *Friedrich Meinecke und das Problem des Historismus*. Peter Lang GmbH, Internationaler Verlag der Wissenschaften, 2014.

KARADY, Viktor. La théorie de l'histoire et de la société selon Otto Hintze. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 20e Année, No. 6, 1965.

KOCKA, Jürgen. Otto Hintze, Max Weber und das Problem der Bürokratie. *Historische Zeitschrift*, Bd. 233, H. 1, Oldenbourg Wissenschaftsverlag, München, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Contraponto: Puc Rio, Rio de Janeiro, 2014.

LAMPRECHT, Karl. Alte und neue Richtungen in der Geschichtswissenschaft. *Deutsche Zeitschrift für Geschichts-wissenschaft*, v. 97, Paul Siebeck, Berlin, 1896.

LAUBE, Reinhard. *Karl Mannheim und die Krise des Historismus: Historismus als wissenssoziologischer Perspektivismus*. Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 2004.

MARTINS, E. C. R. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA, Flávia F.; MOLLO, Helena M.; MATA, Sérgio R. da; ARAÚJO, Valdeci L. de. (Org.). *A dinâmica do Historicismo*. Revisitando a historiografia moderna. 1ed., Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MEINECKE, Friedrich. *Zur Theorie und Philosophie der Geschichte*. Werke IV, KF Koehler Verlag, Stuttgart, 1959.

NEUGEBAUER, Wolfgang. Otto Hintze und seine Konzeption der Verfassungsgeschichte. *Zeitschrift für Historische Forschung*, v. 20, n. 1, p. 65-96, 1993.

NEUGEBAUER, Wolfgang. *Otto Hintze: Denkräume und Sozialwelten eines Historikers in der Globalisierung 1861-1940*. Schöningh Paderborn; Paderborn, 2015.

OEXLE, Otto Gerhard. *Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus*: Studien zu Problemgeschichten der Moderne. Vandenhoeck & Ruprecht, 1996.

OEXLE, Otto Gerhard. *Krise des Historismus – Krise der Wirklichkeit*. Wissenschaft, Kunst und Literatur 1880-1932, Vandenhoeck & Ruprecht, 2007.

OESTREICH, Brigitta. Hedwig und Otto Hintze. Eine biographische Skizze. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 11, n. H. 4, p. 397-419, 1985.

OESTREICH, Gerhard. Hintze, Otto. *Neue Deutsche Biographie*, Duncker und Humblot, Berlin-Steglitz, 1972.

PAUL, Herman J. A collapse of trust: Reconceptualizing the crisis of historicism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, n. 1, p. 63-82, 2008.

PAUL, Herman. Religion and the Crisis of Historicism: Protestant and Catholic Perspectives. *Journal of the Philosophy of History*, v. 4, n. 2, p. 172-194, 2010.

PAUL, Herman. Who Suffered From The Crisis of Historicism? A Dutch Example. *History and Theory*, v. 49, n. 2, p. 169-193, 2010b.

SCHIEDER, Theodor. Otto Hintze und die moderne Geschichtswissenschaft. *Historische Zeitschrift*, Bd. 239, Oldenbourg Wissenschaftsverlag, Berlin, 1984.

SMITH, Leonard S. *Religion and the Rise of History*: Martin Luther and the Cultural Revolution in Germany, 1760-1810. James Clarke & Co, Cambridge, 2010.

SMITH, Leonard S. *The Expert's Historian*: Otto Hintze and the Nature of Modern Historical Thought. Wipf and Stock Publishers, 2017.

TESSITORE, Fulvio. *Kritischer Historismus*: gesammelte Aufsätze. Böhlau, 2005.

TROELTSCH, Ernst. Die Krisis des Historismus. *Die neue Rundschau*, v. 33, n. 1922, p. 572-90, 1922.

WHITE, Hayden. *The practical past*. Northwestern University Press, 2014.

WIKLUND, Martin. Rösen's response to the crisis of historicism. *Intelligere*,
Revista de História Intelectual vol. 3, nº 2, 2017.

WITTKAU, Annette H. *Historismus zur Geschichte des Begriffs und des Problems*.
Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.